

PLURIPARTIDARISMO E “ARENIZAÇÃO” DO PMDB NO PARANÁ (1979-1985)

Multipartistism and “arenization” of the PMDB in Paraná (1979-1985)

Lucas Alves da Silva¹

Reinaldo Lindolfo Lohn²

RESUMO

Este artigo aborda a última transição política brasileira, em especial o período da chamada abertura, com o objetivo de compreender as implicações do retorno do pluripartidarismo para as relações políticas no estado do Paraná. Pretendemos refletir, a partir da escala estadual, como as práticas conciliatórias, tomadas como elemento da cultura política brasileira, foram operacionalizadas no âmbito das estruturas partidárias. Dessa forma, buscamos também demonstrar que os novos arranjos político-partidários possibilitaram um processo de “arenização” da oposição ao regime. O enfoque, portanto, recai sobre o cenário político paranaense e compreende os anos de 1979 a 1985. A abordagem aqui proposta tem como base as publicações dos jornais *Folha de Londrina*, *Correio de Notícias* e *Diário do Paraná*. Além da imprensa, analisamos ainda relatórios produzidos por agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) e discursos proferidos por deputados estaduais e publicados nos anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP). As análises apontam como a transição apresentou limites regionais que contribuíram para o desenho político do período, considerando uma lógica pensada a nível federal.

Palavras-chave: pluripartidarismo; arenização; transição política; conciliação.

1 Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC). Professor colaborador da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e professor temporário da rede estadual de ensino do estado do Paraná. E-mail: lucas.asi37@gmail.com

2 Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: reilohn@gmail.com

ABSTRACT

This article addresses the last Brazilian political transition, especially the period of so-called opening, with the aim of understanding the implications of the return of multi-party system for political relations in the state of Paraná. We intend to reflect, from a state-level perspective, on how conciliatory practices, considered a hallmark of Brazilian political culture, were operationalized within party structures. In this way, we also seek to demonstrate that the new political-party arrangements enabled a process of “arenization” of the opposition to the regime. The focus, therefore, falls on the political scenario of Paraná and covers the years 1979 to 1985. The approach proposed here is based on publications from the newspapers *Folha de Londrina*, *Correio de Not cias* and *Diário do Paraná*. In addition to the press, we also analyzed reports produced by agents of the National Information Service (SNI) and speeches given by state deputies and published in the annals of the Legislative Assembly of the State of Paraná (ALEP). The analyzes point out how the transition presented regional limits that contributed to the political design of the period, considering a logic thought at the federal level.

Keywords: multipartistism; arenization; political transition; conciliation.

Introdução

“Tendo vergonha de sua legenda, Arena, o governo pretende sua extinção, como se a simples troca de nome implicasse também mudanças de personalidade. [...] Assim, pretende extinguir a Arena por vergonha e o MDB por medo” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 6 out. 1979, p. 3). Esta era a posição do então deputado federal paranaense Sebast o Rodrigues, do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a respeito do projeto de reforma política defendido pelo governo militar, liderado pelo General-Presidente João Batista Figueiredo, responsável por conduzir a abertura política, iniciada em 1979, e garantir que grandes rupturas com a estrutura política, econ mica e social não se consolidassem. No interior do projeto transicional arquitetado pela c pula militar, o executivo federal conseguiu

promover reformas no campo político institucional, permitindo o retorno do pluripartidarismo, com a intenção de fragmentar seus adversários e manter o controle do processo de abertura. Tratava-se de uma estratégia de “recuo organizado”, conforme destacou Rodrigo Patto S Motta (2021, p. 276), pela qual o governo permitia a ocupação de determinados espaços por seus adversários, ao mesmo tempo em que preservava suas forças unidas para ceder o mínimo possível.

Tendo como base tais apontamentos iniciais, o objetivo deste texto é compreender quais foram as implicações do retorno do pluripartidarismo para as relações políticas no estado do Paraná e como, na escala estadual, a conciliação enquanto elemento da cultura política brasileira se mostrou presente. Neste sentido, buscamos também analisar como os novos arranjos político-partidários possibilitaram um maior trânsito e atuação dos ex-políticos com passado de ligação com a ditadura junto ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), fator que contribuiu para limitar o avanço democrático e garantir que o projeto de abertura política mantivesse a moldura transicional pensada pelos militares e seus confrades civis alojados no poder.

A investigação que d sustento empírica aos resultados aqui alcançados tem como foco o cenário político paranaense e compreende os anos de 1979 a 1985, recorte no qual observamos a consolidação de arranjos que nos possibilitam pensar em como a Nova República foi gestada de modo que garantisse a manutenção de determinados grupos na condução do país. Em relação ao referido período, foram exploradas as edições diárias dos jornais *Folha de Londrina*, *Correio de Notícias*, *Diário do Paraná*. Além da imprensa, analisamos ainda relatórios produzidos por agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI)³ e discursos proferidos por deputados estaduais e publicados nos anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP)⁴. Os três periódicos em questão são paranaenses, sendo a *Folha de Londrina*⁵ o único ainda em funcionamento e situado no interior

3 Arquivos disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN): <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em 10 out. 2024.

4 Anais disponíveis para consulta em: <http://www.assembleia.pr.leg.br/atividade-parlamentar/diarios-da-assembleia>. Acesso em: 10 out. 2024.

5 O acervo do jornal *Folha de Londrina* está disponível para consulta física no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH) da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

do estado, mais especificamente na cidade de Londrina, região Norte, onde apresentava maior circulação. Os outros dois periódicos foram fundados e editados na cidade de Curitiba⁶, com abrangência na capital e região metropolitana, principalmente.

Por meio das fontes destacadas, buscamos acessar posicionamentos dos políticos paranaenses atuantes durante os anos em análise frente às decisões e projetos do governo ditatorial, bem como suas aproximações, acordos, disputas ou desagradados em relação a seu grupo no estado ou   c pula que comandava o país. Ressaltamos que, ao abordar a imprensa como fonte, temos ciência de suas parcialidades e de que a mesma opera orientada pela lógica do mercado em que está inserida, bem como das posições de seus editores e equipes que os comandam.

Vale salientar ainda algumas considerações sobre as pretensões de uma análise histórica em uma escala reduzida. Nas palavras de Jacques Revel, o ponto central que se coloca ao abordarmos um fen meno em proporções menores é a “[...] convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento” (2010, p. 438). Ainda, segundo o autor, os significados históricos e sociais do Estado estão localizados em níveis diversos, sendo que cada um deles apresenta uma leitura distinta do papel das instituições e seus processos, e é a diversidade de interpretações que d  forma   realidade histórica (REVEL, 2010). Consideramos aqui que o processo de abertura, embora tenha sido pensado a partir de cima, não se restringiu às ações da c pula governamental federal, e envolveu marcas, prioridades, características e um ritmo que, em nível estadual, ganham conformações e dinâmicas próprias, que apontam para os limites regionais da transição. Tais limites podem ser pensadas em dois sentidos: um deles a partir do alcance dos arranjos transicionais gestados a nível nacional e como eles esbarram, em dados momentos, nas articulações políticas existentes em nível estadual. O outro sentido se d  ao refletirmos em como os desejos e projetos de sociedade pensados no estado do Paraná sucumbiram frente ao grande projeto de conciliação articulado entre as elites políticas, econ micas e os militares. Estes limites

6 O acervo de ambos os jornais se encontra disponível no site da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 out. 2024.

resultaram em um sentimento de frustração que permeou toda a transição para a Nova República e se manifesta ainda hoje, quando nos deparamos com retrocessos democráticos e na não efetivação de direitos básicos que acreditamos fundamentais para a dignidade humana.

A problemática aqui apresentada gira em torno das dinâmicas que marcaram o período da chamada abertura política, com início em 1979, chegando   transferência do poder para um governo civil em 1985⁷, com um recorte específico para as relações políticas desencadeadas no estado do Paraná. Destacamos que o processo de transição de regime político pode compreender momentos distintos (LEMOS, 2018), sendo que o primeiro deles, no caso brasileiro, compreendeu o anúncio da chamada distensão, em 1974, pelo General-Presidente Ernesto Geisel. Segundo Eliézer Rizzo Oliveira, este primeiro passo foi uma condição para a “recuperação da institucionalidade do aparelho militar, ao custo da retração do seu espaço político e burocrático no Estado” (1993, p. 186). Os próceres do regime autoritário pretendiam controlar e restringir as movimentações políticas, encaminhando sua institucionalização.

A partir de 1974 temos o início de um período marcado pelas medidas de descompressão, e configurou-se como um momento de planejamento, de cáculo dos riscos e de ajustes para que o passo seguinte pudesse ser dado rumo a uma democracia relativa. Na sequência, ainda como parte do processo de transição política, o regime deu passos institucionais que configuraram o que foi chamado de abertura, a partir de 1979, anunciada e delineada sob o governo do General-Presidente João Figueiredo, com desdobramentos até 1985. De sua parte, as diferentes frações, organizações, movimentos e partidos de oposição, sofreram transformações importantes ao longo do período. As estratégias de combate direto ao regime, incluindo a luta armada, perderam destaque e ganharam corpo as mobilizações eleitorais

7

Para o historiador Daniel Aarão Reis Filho (2014, 2018), por exemplo, a ditadura teria terminado já em 1979, com o fim dos Atos Institucionais, e o marco final da transição democrática seria a promulgação da Carta Magna, em 1988. Contudo, o que se observa é a continuidade de práticas de cerceamento, repressão e violência por parte dos militares nos anos seguintes   derrubada dos Atos Institucionais, mesmo que em menor nível de intensidade. Já para Renato Lemos (2018), a Constituição de 1988 foi o marco que colocou fim ao regime ditatorial, sendo que o processo de redemocratização do país compreenderia os anos de 1985 a 1990, período marcado pela posse de um presidente civil eleito indiretamente e que termina com a posse do primeiro presidente eleito pelo voto direto.

em torno do partido oposicionista legalizado, o MDB, ao passo em que na base da sociedade os chamados novos movimentos sociais organizavam os setores populares. O partido de sustent   o do regime, a Ali  n a Renovadora Nacional (ARENA), até então com predomin  o quase absoluto, passou a encontrar dificuldades em sua tarefa de legitimar a ditadura.

A análise da transição por meio das negociações partidárias e dos resultados eleitorais ganha relevância, como apontou Bolívar Lamounier (1990), se pensarmos que a transição brasileira não contou com um marco específico ou ruptura dramática, tal como foi o caso da Espanha, com a morte do General ditador Francisco Franco, ou da Argentina, com a guerra das Malvinas. No Brasil, por conseguinte, tivemos, além do relaxamento progressivo dos instrumentos de controle e vigilância, uma redistribuição do poder “regulada pelo calendário eleitoral” (LAMOUNIER, 1990, p. 20), que canalizava, pleito após pleito, pressões contra a ditadura, além de funcionar como uma estratégia do governo que testava os limites do regime a cada eleição. Por meios políticos institucionalizados, temos uma “via partidária” da transição como estratégia de transferência de poder do governo autoritário para os civis, a qual se assentou na crença compartilhada por setores políticos e sociais de que os partidos seriam canais de enfrentamento do regime em crise e de mediação de interesses civis (FREIRE, 2014, p. 308). Por meios partidários, mesmo sem capacidade para colocar em xeque o monopólio militar, novos espaços de atuação se abriam para uma oposição consentida e controlada, fato que reduziu os custos da descompressão e o nível de violência política, ao mesmo tempo em que proporcionou aos integrantes do governo uma saída sem prejuízos a seus *status*.

Atrelado ao projeto que resultou na abertura política, um ponto chave da nossa abordagem refere-se à ideia e prática da conciliação. Ao refletirmos sobre a presença e influência desta ideia, orquestrada pelos militares e operada por meio da indução ao esquecimento e pelos acordos para solução de conflitos, buscaremos analisar como tal noção contribuiu para estruturar o processo de transição política, que ocorreu no Brasil de modo negociado, constituindo uma estratégia de sobrevivência de alguns núcleos de poder. José Honório Rodrigues, em uma das proposições pioneiras sobre a questão da conciliação na historiografia, afirma que “a conciliação foi

sempre minoritária, feita pelo grupo dominante entre si, com pequenas e mínimas concessões   grande maioria brasileira” (1982, p. 13). Para Motta, a estratégia conciliatória encontra maior sustentac o “quando o jogo político não inclui segmentos subalternos” (2013, p. 18), ou seja, quando se trata de arranjos entre membros das elites sociais e econ micas. A política conciliatória, deste modo, conseguiu, durante o período de transi o, barrar a realiza o de reformas mais profundas, já que pregava o entendimento e a trégua, a pacifica o e o diálogo entre fac es distintas, sem ameaçar a ordem burguesa vigente.

Tratando da transi o democrática na Espanha, o historiador Ricard Vinyes (2015) operou como chave analítica o termo “ideologia da reconcilia o”, utilizada em referência às a es tomadas pelo Estado que tiveram e tem como base a equipara o da violência cometida por agentes estatais em períodos autoritários com aquelas praticadas pelos grupos que atuaram na resistência. Desta forma, há um incentivo ao esquecimento recíproco e ao perdão, movimento que também podemos perceber no caso da transi o brasileira. Ao buscar definir as implica es da “ideologia da reconcilia o”, Vinyes (2015, p. 227) afirma:

longe de assentar-se na realidade, pretende criá-la, ou, no máximo, evitá-la. É um instrumento de assimila o, sua voca o   devorar qualquer elemento antag nico e expandir as certezas absolutas que se sustentam por meio de ritos e símbolos que, mais que uma história (uma verdade provisória), comemoram uma memória tranquilizadora, em geral, a memória de um êxito conseguido após sofrimento e vontade.

Para o autor, a “ideologia da reconcilia o” tenta camuflar as tentativas de silenciar determinados acontecimentos e forjar a constru o de uma “memória oficial”, tendo em vista a acomodac o de grupos ligados ao poder, monopolizando o direito de escolha do que deve ou não ser lembrado e substituindo a memória pública. Vinyes aponta ainda que a “ideologia da reconcilia o” se diferencia do “projeto de reconcilia o” (2015, p. 227), visto que um projeto político de reconcilia o, considerado o ideal a ser

buscado, estaria ligado à noção de justiça de transi  o⁸, e teria como foco resolver os problemas pregressos que envolvem o Estado, e não simplesmente apagá-los da memória coletiva, o que apagaria também as propostas alternativas para constituição social de um país. A proposta de reconciliação seria, assim, uma estratégia para contornar as contradições entre membros de uma minoria no poder. Neste sentido, tais premissas contribuem para refletir sobre como o retorno do pluripartidarismo e o processo de “arenização” da oposição corroboraram com o projeto de transição que tinha como base a reconciliação, pensada enquanto ideologia e defendida pela elite política e militar dominante.

Tendo no horizonte os pressupostos apresentados e na tentativa de organizar o texto para atender aos objetivos almejados, organizamos o presente trabalho em três partes. Na primeira delas abordamos as intenções do governo militar ao encabeçar o projeto de reforma política de 1979, que reestabeleceu o pluripartidarismo, e quais foram seus reflexos na organização política paranaense, assim como as críticas elaboradas por políticos do estado ao mesmo. Na segunda parte, analisamos como o pluripartidarismo implicou em arranjos que culminaram na convivência entre antigos opositores da ditadura e pessoas que por anos deram suporte aos governos discricionários e estiveram ligadas a eles diretamente, fundamental para garantir uma transição sem rupturas com o antigo sistema. Analisamos ainda as articulações que deram origem aos novos partidos. Por fim, buscamos compreender como se deu a “arenização” do PMDB no Paraná e os possíveis impactos deste processo para a política e para a Nova República.

8 Como proposto por Ruti G. Teitel (2003, p. 69), entendemos a justiça de transição como “a concepção de justiça associada com períodos de transformação política, caracterizada por respostas legais no confronto com irregularidades dos regimes repressivos antecessores”. Tal processo implica em punições aos que agiram contra os Direitos Humanos, trazer a verdade ao público, reparar vítimas, reformar instituições que se apresentem ligadas às violações de direitos, bem como promover a pacificação entre diferentes grupos sociais (Silva, 2021).

Um pluripartidarismo não tão plural

Diante do nítido crescimento do MDB nas eleições de 1978⁹, o governo ditatorial buscou mecanismos que pudessem barrar o crescimento dos grupos oposicionistas, garantindo o controle sobre o poder legislativo. A solução do governo seria então extinguir os dois partidos existentes por meio de uma reforma partidária, buscando fragmentar e enfraquecer a oposição em várias fac  es e criar uma nova sigla de sustentação, o Partido Democrático Social (PDS), que se afastasse, ao menos simbolicamente, da imagem do antigo partido e pudesse ser entendido como um “recomeço”, um “novo rumo” que o grupo que se encontrava no poder daria ao país. A mudança da sigla do partido de sustentat o do regime, de ARENA para PDS, ocorreu no âmbito da reforma política imposta pelo regime naquele ano, a qual visou fundamentalmente estimular a organização de novos partidos e dividir a oposição. Tal mudança objetivava, ainda, apresentar para o eleitorado um “novo” partido, teoricamente afastado das heranças dos anos ditatoriais (FREIRE, 2014, 300-301). Isso também abriu a oportunidade para que políticos muito comprometidos com a ditadura pudessem movimentar-se em um quadro partidário mais amplo e fragmentado, reduzindo potenciais danos de sua atuação pregressa em um momento em que perdiam prestígio popular.

Com a aparente redução da hegemonia política do partido de sustentat o ao governo nas assembleias legislativas do país, ao assumir o poder, em março de 1979, o General-Presidente João Batista Figueiredo teria se comprometido a reestabelecer a democracia no Brasil. Entre outras ações, tinha como meta promover o retorno do pluripartidarismo. Como lembra Américo Freire, as reformas político-partidárias de iniciativa dos governos militares se deram em torno da “adaptação do sistema liberal-democrático dos partidos aos seus objetivos políticos, fossem esses objetivos circunstanciais ou estratégicos” (2014, p. 293). Com isso, buscaram garantir uma base sólida de sustentat o ao regime que objetivava institucionalizar e manter afastadas as forças políticas consideradas “ameaças”. Lembramos que o

9 Segundo Maria Kinzo (1988), mesmo a ARENA garantindo maioria numérica de políticos eleitos em 1978, o MDB mostrou sua força política, já que, em número total de votos no país, recebeu maior quantidade que o partido adversário.

processo de distensão, nas palavras de Motta, tinha como propósito “antes institucionalizar a ditadura e garantir sua estabilidade do que democratizar o país” (2021, p. 253).

Instalado em 1965, o bipartidarismo esteve vigente no Brasil até o fim de 1979¹⁰. Tal sistema extinguiu todos os partidos políticos existentes no país e buscou controlar as ações da oposição. A partir de então, tivemos a criação de dois partidos: a ARENA, partido de sustentação do governo, e o MDB, de oposição consentida. Na prática, os oposicionistas tinham pouco poder de reação face o governo militar, que poderia fechar o Congresso, cassar mandatos e retirar direitos políticos. A manutenção de um partido de oposição “domesticado” objetivava dar um ar de legalidade democrática   ditadura brasileira, que tentou camuflar os elementos autoritários presentes no regime, sem colocar em risco sua posição de controle sobre o processo político.

A partir do final de 1965, em razão do bipartidarismo e das diretrizes que os atos complementares requeriam (como o Ato Complementar número 4 e o Ato Complementar número 26), os políticos com mandatos ativos naquele momento tiveram que optar pelo ingresso na ARENA ou no MDB. A nível nacional, tivemos um maior ingresso dos deputados federais e senadores na ARENA, sobretudo daqueles filiados ao PSD e   UDN, sendo que estes últimos, em sua grande maioria, apoiaram ampla e abertamente o golpe, e tornaram-se os mais influentes dentro do partido situacionista. A maior adesão ao partido situacionista já era esperada pelo governo, que almejava legitimar sua atuação por meio de uma base de apoio (KINZO, 1988). Especificamente no estado do Paraná, o historiador Alessandro Batistella (2020) também aponta para um movimento de maior adesão ao partido governista e articulações que objetivavam a sobrevivência no cenário político um tanto hostil que surgia. As filiações no Paraná, logo no período inicial do bipartidarismo, apontam o forte apoio que o partido de posição, logo também o governo ditatorial, recebeu no estado, fruto

10 Quanto às circunstâncias do seu surgimento, os militares, após o resultado das eleições de 1965, observando a derrota de alguns de seus apoiadores em estados estratégicos, como Magalhães Pinto (Minas Gerais) e Carlos Lacerda (Guanabara), e temendo que isso pudesse atrapalhar o andamento do governo golpista, decretaram, em 27 de outubro de 1965, o AI-2, instaurando, com isso, o bipartidarismo. O AI-2 ainda cancelou as eleições presidenciais previstas para o ano de 1966, e estabeleceu eleições indiretas para o executivo federal.

das articulações e influência de Ney Braga¹¹ e do então governador Paulo Pimentel, bem como pela intensa repressão desencadeada desde 1964 contra os oposicionistas.

Em meados de 1979, Ney Braga, principal nome da política paranaense durante os anos de ditadura, governador do estado do Paraná e último chefe do executivo indicado pelos militares ao cargo, relatou à imprensa que era favorável   extinção da ARENA e do MDB (CORREIO DE NOTÍCIAS, 19 jun. 1979, p. 3). Braga considerava que a criação de quatro novos partidos seria suficiente para abarcar as correntes ideológicas que existiam no Brasil. O então governador alegou que no Brasil o pensamento político estaria caracterizado por apenas dois posicionamentos: o socialista, que defendia a ampliação da ação do Estado em todos os setores, e o democrático, que respeitava os plenos direitos da propriedade privada. Ney Braga afirmou ainda ser a favor das liberdades individuais e que não aceitava “luta de classes nem autoritarismo” (DIÁRIO DO PARANÁ, 23 out. 1979, p. 2). As falas do ex-governador expressam uma certa limitação dos ideais de democracia, a começar pela não aceitação de uma vertente ideológica, no caso, o socialismo, não dando espaço para a pluralidade de posicionamentos, e negando a luta de classes, que existe independente da “aceitação” de um grupo político. Temos, ainda, um político que contribuiu com a formação do governo autoritário, sendo ele próprio parte desta estrutura, mas que dizia ser contra o arbítrio e a favor da liberdade e da justiça social, as quais foram tolhidas durante os anos de ditadura.

Atrelado a estes horizontes, os esforços do governo federal foram no sentido de reverter a imagem deteriorada de sua base política, representada pela ARENA, causada especialmente pela crise econ mica que assolava o país e pela pressão de diversos setores civis pelo retorno da democracia. As representações públicas ligadas à ARENA ainda durante sua existência, sobretudo a forma como parte da imprensa e seus adversários buscavam retratar o partido, apontavam para o mesmo como uma entidade subserviente e adesista aos militares no executivo nacional (GRINBERG, 2004).

11 Ney Braga era o governador do Paraná em 1964 e apoiou os golpistas que depuseram João Goulart. Vinculado aos militares castelistas, Braga foi Ministro da Agricultura durante o governo do General-Presidente Castelo Branco e Ministro da Educação durante o governo do General-Presidente Ernesto Geisel. Foi indicado ao cargo de governador do Paraná em 1978, função que exerceu até o início de 1983.

Tal entendimento pode ser percebido entre os próprios arenistas, como foi o caso do deputado estadual paranaense D cio Leonel, que afirmou na tribuna da Assembleia que estava “cansado de participar de um partido subserviente, que só diz amém, igual vaquinha de presépio” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 9 out. 1979, p. 3). Como apontou a historiadora Lucia Grinberg (2004), a agremiação ficou conhecida, de modo jocoso, como “partido do sim, senhor”¹², por endossar no congresso, em muitos casos, atos antidemocráticos, arbitrários e medidas que ameaçavam a dignidade da população. Tal pecha permeou também a ARENA paranaense, como podemos notar na fala de D cio Leonel, já que seus integrantes se encontravam, de um lado, acusados de submissão irrestrita, e de outro, percebiam sua imobilidade política diante da centralização do poder encampada no estado pelo governador Ney Braga, o que gerou várias dissidências a partir do retorno do pluripartidarismo.

Ao tentar alterar sua própria percepção junto à sociedade, por meio de um novo partido, e alegando que tais mudanças seriam um avanço rumo à democracia prometida, o governo buscava ainda suplantar projetos de sociedade oposicionistas que se colocavam como alternativas para os problemas do período. Se os problemas econ micos seriam superados a partir do retorno da democracia, o presidente militar colocava-se como seu tutor, como protagonista de tal processo. Centralizando as ações, promoveu por meio do governo e dentro daquilo que era aceitável para sua base de apoio, algumas mudanças pautadas pelas oposições e parte da população, como o retorno do pluripartidarismo. Isso se deu, entre outras coisas, pois a implantação dos valores democráticos estava arraigada às promessas e esperanças de melhoria nas condições de vida da população em seus diversos setores, o que gerava maior pressão sobre os articuladores da ditadura, já que a dignidade humana se encontrava cada vez mais ameaçada pela crise que assolava o país.

12

Lucia Grinberg (2004) busca destacar a ideia de que a imagem da ARENA como somente um partido adesista e subordinado aos militares é uma construção, uma memória que se criou sobre o partido. Entre seus argumentos, a autora afirma que o partido nem sempre foi submisso, visto que em vários momentos parlamentares da ARENA divergiram do governo federal. Tais argumentos, no entanto, não eximem a ARENA de seu papel no suporte e consentimento   várias ações arbitrárias do governo brasileiro durante a ditadura.

A preocupação com as camadas populares neste momento de reforma política ficou expressa em falas de deputados peemedebistas em reuniões voltadas para a definição dos rumos do partido no Paraná, quando do fim do bipartidarismo. Em discussão realizada na ALEP no fim de dezembro de 1979, o deputado estadual José Tavares (MDB), ao abordar as lutas internas na agremiação, afirmou que “o partido precisa dar menos atenção aos seus problemas internos e se preocupar mais com a situação do país” (DIÁRIO DO PARANÁ, 28 dez. 1979, p. 3). A mesma ideia era defendida pelo deputado federal Euclides Scalco, da bancada paranaense do PMDB, que alegou: “ao povo não interessa como formar o partido. [...] Temos que solucionar logo os nossos problemas para nos dedicarmos ao atendimento dos reclamos populares, nossa precua obrigação”. Scalco defendeu ainda que as dissensões internas não deveriam ser expostas publicamente, e que os membros do PMDB não deveriam se ater somente a problemas de ordem regional, destacando aos seus colegas de partido que, “ou nos temos um projeto nacional, para encontrar uma saída para a crise que ai está ou não seremos dignos de ser representantes do povo” (DIÁRIO DO PARANÁ, 28 dez. 1979, p. 3). Naquele momento de crise, encontrar uma saída para os problemas econmicos seria um caminho para o êxito político, muito além das negociações entre membros de um mesmo partido, ao menos era essa a percepção de parte dos parlamentares paranaenses.

No mesmo dia em que a reforma partidária foi aprovada pelo Congresso Nacional, na ALEP houve manifestações de emedebistas questionando as intenções do governo e suas consequências para o sistema partidário. O deputado Fiori Luiz, do então recém extinto MDB, declarou que seu partido havia sido assassinado, que as aspirações populares foram fuziladas, desta vez “sem quarteladas, mas canetadas”, e acrescentou:

A classe política brasileira mordeu a isca da ratoeira. Neste ano de 79, nas tribunas e na imprensa, os debates foram conduzidos para aquele caminho, estrategicamente determinado, no intuito evidente de desviar a atenção dos problemas sócio-econmicos. [...] Os estômagos roncam, numa estranha sinfonia. E o gemido da fome já deve ter entrado mansamente pelos gabinetes de Brasília, num aviso, num sinal de advertência. Os problemas sociais aumentam a tensão. A

atmosfera fica excitada, e aos poucos, os milhões de brasileiros deixam de olhar para o chão, levantando a cabeça e lançando um desafio, contra a submissão, contra a humilha o e a subordina o, e a  o processo se desencadeia, de forma impropor vel. Se o governo pensa desviar a aten o com os atos de casu simo, engana-se. A popula o brasileira faz mágicas para subsistir   uma infla o que, só este ano, já chegou aos sessenta e sete por cento (PARANÁ, 22 nov. 1979, p. 2).

Além de apontar para o autoritarismo das a o es políticas, uma estratégia dos deputados paranaenses para demonstrar a inef c cia das a o es do governo, neste caso, sobre a reforma partidária, foi ressaltar a presença e amplitude da crise econ mica que maltratava parcela considerável da popula o do país. A mudança na organiza o dos partidos seria, para Fiori Luiz, uma “cortina de fumaça” que objetivava tirar o foco dos problemas reais dos brasileiros, os quais afetavam negativamente a imagem do governo. D vida externa cada vez maior, altos índices de desemprego, fome, infla o, declínio das políticas de desenvolvimento nacional, péssimas condi o es de moradia, tudo isso afetava diretamente a sociedade brasileira e foi tema recorrente nas discussões políticas em torno da reforma partidária. Para além do pesar pelo fim do MDB, observamos uma narrativa que visa demonstrar que aquelas medidas aprovadas não seriam suficientes para barrar a escalada de lutas que estavam ocorrendo, muito menos para conter os anseios de uma popula o que aguardava por mudanças. Temas que extrapolavam os limites estaduais, como os movimentos de trabalhadores, que desde o fim da década de 1970 organizaram diversas greves no país, foram lembrados de forma recorrente para reforçar a ideia de que o povo estaria inconformado.

Deste modo, a recorrência a pautas ligadas à pobreza e   miséria, fomentada de modo especial pelos emedebistas, era t mb m uma forma de justificar e demonstrar a importância da luta pelo fim da ditadura, que ganhava, com isso, novos contornos e, possivelmente, maior adesão. Cabe sublinhar que a concilia o enquanto elemento da cultura política brasileira é **evidenciada** t mb m no apagamento progressivo dos problemas econ micos e sociais, servindo assim “  manuten o da ordem desigual e elitista, pois as estratégias conciliadoras ajudam a escamotear os problemas sociais e a exclusão política, bem como a postergar sua soluço” (MOTTA,

2014, p. 22). Por conseguinte, conciliar, naquele momento, segundo a **lógica governista**, significava relegar o momento de calamidades geradas pelas políticas econ micas do período ditatorial.

Além da questão econ mica pautada nos debates sobre a legisla o partidária, um dos principais questionamentos, tanto da oposi o como da base governista, seria em razão da artificialidade com que os novos partidos seriam criados. O deputado estadual pela ARENA paranaense, Erondy Silvério, mesmo afirmando que as mudanças partidárias seriam mais um passo na abertura política, se colocou contra a extin o dos partidos e destacou que a reforma proposta “no seu bojo encerra vícios de origem que leva a classe política a crer que o Governo tem a firme inten o de permanecer no poder” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 20 out. 1979, p. 2). Corroborando tal afirmativa, seu adversário de partido, o deputado estadual emedebista Renato Bernardi, destacou que a nova roupagem do governo mudou a imagem que a presidência apresenta   na o, mas “não mudaram os métodos e não mudou a aparelhagem autoritária do sistema. O autoritarismo procura, como toda autocracia, a perpetua o no Poder, não importando a metodologia utilizada” (PARANÁ, 13 set. 1979, p. 5). Percebe-se que parlamentares de ambos os partidos estavam insatisfeitos por perceberem que a moviment o do governo objetivava garantir sua própria sobrevivência.

A forma como se daria a perpetua o dos militares no poder, segundo Renato Bernardi, seguiria as seguintes prerrogativas:

esta decantada reformula o partidária nada mais   do que a cria o de um monopartidarismo do lado oficial, objetivando a elei o presidencial de 85, com o que esta aliança econ mico-tenocrata-militar poderia permanecer mandando no País, até o ano de 1991. E em contrapartida, o Estado autoritário pretende o pluripartidarismo, mas apenas no nosso meio, no nosso campo, no campo das oposi es nacionais, congregadas pela sociedade civil. Então, parece-me que é fundamental para todos os democratas conscientes desse País, a cria o de um grande movimento que exija fundamentalmente a volta do País ao Estado Pleno de Direito, e o pluripartidarismo, a reformula o partidária, seriam consequência imediata da redemocratiza o, e não o inverso. Coloca-se o pluripartidarismo como pré-requisito para a normalidade democrática. E parece que o fundamental hoje,   desarmar o Estado autoritário; desarmado

este Estado autoritário, então sim, todos os segmentos da sociedade civil poderão formar fileiras em torno da ideologia que deverá presidir cada partido (PARANÁ, 8 out. 1979, p. 7).

O deputado argumentou ainda que, sob vigência de um Estado centralizador e autoritário, as reformas seriam ineficazes e estariam longe de abarcar a pluralidade de vertentes ideológicas existentes. Neste cenário, seria imprescindível acabar com o autoritarismo para, então, dar sequência nas mudanças que colocariam o país nos trilhos da democracia. Da forma como foi imposta, a reforma pretendia um pluripartidarismo controlado e com objetivo específico de debilitar a oposição, quando deveria ser um processo natural, fruto da diversidade de uma sociedade democrática.

Sobre a criação de novos partidos, desde o interior da própria ARENA paranaense foram expressas manifestações de desaprovação do projeto de reforma defendido por lideranças da agremiação. Os arenistas que se mostravam contra a reforma partidária de iniciativa do governo argumentavam sua indisposição não em relação ao retorno do pluripartidarismo, mas  possibilidade de criação de apenas um partido de situação. O deputado federal Norton Macedo, por exemplo, posicionou-se contrariamente à existência de apenas um partido da situação, o “ARENO”, destacando que a medida não teria os efeitos imaginados. Norton, um arenista que se tornou o primeiro presidente do PDS no Paraná, disse: “não encontrei ninguém defendendo a antidemocrática tese do Partido nico na área do Governo, fundada na ingnuia esperança de que a Oposição se pulverize” (DIÁRIO DO PARANÁ, 7 set. 1979, p. 2), e continuou, afirmando que o “Partido” seria a continuação da “atual farsa bipartidária, com a agravante de que jogar para os quadros da Oposição muitas lideranças atualmente solidárias com o Governo Federal, mas sufocadas ou posicionadas com desconforto em seus Estados” (DIÁRIO DO PARANÁ, 7 set. 1979, p. 2). No âmbito das seções políticas locais, este pluripartidarismo restrito significaria uma mobilidade um tanto limitada, que obrigaria os descontentes a aproximarem-se de antigos ou de eventuais adversários, caso desejassem, de fato, mudar de posição na cena política estadual, o que poderia evidenciar incoerências junto ao eleitorado.

Nesta mesma linha de argumentação, o presidente do Diretório Regional da ARENA no Paraná, o senador “binico” Affonso Alves de Camargo Neto, que deixou a agremiação logo que o pluripartidarismo foi restabelecido, justificou sua saída alegando que o partido era artificial e obedecia estrategicamente ao governo, compreendendo que a reformulação partidária deveria “ser feita com liberdade, com os partidos ficando acima das pessoas” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 16 out. 1979, p. 2). As falas dos arenistas expm um não alinhamento de parte do grupo situacionista em relação aos rumos ensejados pelo governo e pelas lideranças do partido, além do desejo de maior liberdade e, ainda que de modo relativo e um tanto restrito, de defesa da democracia.

A crítica elaborada pelo deputado estadual arenista Leônidas Chaves, tmbm do Paraná, traz outros aspectos sobre a reformulação então pretendida pelo governo. O parlamentar defende a ideia de que o bipartidarismo não seria incompatível com a democracia, mas se adequava melhor em sociedades em que as disparidades sociais e econmicas eram pequenas. No entender de Chaves, neste cenário de bipartidarismo, a oposição tenderia a lançar a nação contra o Governo, e este, em reação, apelaria para uma legislação casuística e imposição de restrições ao processo eleitoral. A definição do número de partidos seria, desta forma, uma das premissas básicas da reformulação partidária, ou seja, um dado essencial  efetivação do próprio pluripartidarismo. Para Leônidas Chaves, sem a ampliação do leque de partidos no país, seria praticamente impossível impedir que correntes de conteúdo ideológico diversos pudessem se manifestar “[...] sem precisarem se infiltrar em outras agremiações menos radicais e mais moderadas, agindo na sombra e, principalmente, mediante atitudes dúplices, contaminando a autenticidade do processo político-partidário, para não dizer do próprio sistema representativo” (PARANÁ, 9 out. 1979, p. 14). O posicionamento contra o bipartidarismo, no caso de Leônidas Chaves, estava abertamente ancorado na defesa da permanência do governo militar. A existência por vias legais de partidos considerados radicais, que atuavam na clandestinidade, como os Partidos Comunistas, seria uma forma de preservar o sistema e, assim, assegurar um maior controle governamental.

Ou seja, a reacomodação das forças políticas em diversos partidos seria a garantia da continuidade e legitimidade do poder dos “revolucionários”.

A formação de mais de um partido de sustentação também é defendida como uma forma de fortalecer Figueiredo. Como insistiu Leônidas, “não é absurdo imaginar que seu governo possa amanhã sofrer os efeitos negativos de divisões internas, de divergências e antagonismos insuperáveis, se todos os que o apoiam tiverem que viver, a contragosto, numa mesma agremiação” (PARANÁ, 9 out. 1979, p. 14). Na visão do parlamentar, no âmbito estadual paranaense um segundo partido se localizaria em uma posição mais distante dos governos locais, tendo em conta a centralização política de Ney Braga, e sua existência seria mais benéfica em escala federal.

Além disso, o deputado federal paranaense Hamilton Vilela de Magalhães, um arenista “não-alinhado” com o governo no que se referia  criação de apenas um partido, expôs um outro problema ligado a projetos político-partidários que divergiam em razão das posições que a ARENA ocupava nas diferentes regiões do país, o que gerava ruídos entre a cpula do partido e seus membros. Nas palavras do parlamentar, ao se referir à tentativa dos líderes arenistas em garantir a criação do “ARENO”, a sigla única “ganha para Sarney as melhores posições políticas no Nordeste. A mesma coisa, no entanto, longe está de acontecer no Sul, onde a Oposição se faz forte e as condições para a disputa do voto na boca de urna são completamente diferentes” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 14 set. 1979, p. 2). Ou seja, a realidade política de cada região impactava de modos distintos nas ações que deveriam ser tomadas, sendo que a visão do presidente do partido naquele momento, o senador maranhense José Sarney, seria limitada ao seu local de atuação, já que na região Nordeste a ARENA obteve melhores resultados eleitorais que a oposição nos últimos pleitos da década de 1970. Além de Sarney, outro líder da ARENA no período era o então Ministro da Justiça Petrnio Portella, do estado do Piauí, que antes de assumir como ministro, em fevereiro de 1979, era presidente do senado. Tanto Sarney como Portella eram defensores do partido nico.

As manifestações dos deputados expunham como, naquele momento de reposicionamento, havia certa tensão e disputas pela formulação de diretrizes que deveriam ser base de ao partidária. Além disso, evidencia que

parte dos atores políticos atuava em vistas de uma ação partidária orientada por questões de nível nacional, preconizando mudanças de maior amplitude e que compreendiam a redemocratização como uma força capaz de promover melhorias reais na condição de vida da população. Outros, no entanto, orientavam suas demandas com base em questões regionais, o que poderia muitas vezes estar desalinhado do que pregavam os próprios partidos.

Fundação dos “novos” partidos

Com toda a expectativa por mudanças políticas e cientes da notória força da oposição, nota-se a preocupação do executivo federal em articular sua base para garantir que, após as reformas planejadas, com foco no retorno do pluripartidarismo, o governo continuasse com maioria de apoiadores, com poder decisório nas casas legislativas e no governo dos estados. Tais circunstâncias, porém, fizeram com que a criação do Partido Independente, também chamado inicialmente de Partido Democrático (PD), mas que tomou forma com a denominação de Partido Popular (PP), fosse vista com simpatia por membros da ARENA não alinhados ao governo no que dizia respeito   criação de apenas uma nova sigla governista. A nova sigla atraiu também alguns “moderados” do MDB, e daria origem a uma agremiação que apresentava um esboço de como a conciliação seria mobilizada entre as elites políticas para garantir a posse de um presidente civil no futuro e a efetivação de uma transição “segura”.

O PP passou a ser articulado em nível nacional pelos mineiros Tancredo Neves (MDB) e Magalhães Pinto (ARENA), mas não se tornou um partido abertamente aliado ao governo, como se especulava inicialmente, e sim de oposição, situado na centro-direita (NAPOLITANO, 2019). No Paraná, o partido contou com apoio e liderança principalmente de arenistas descontentes. O parlamentar Augusto Carneiro, vice-líder da ARENA na ALEP afirmou, por exemplo, em 1979, que se filiaria ao Partido Independente caso não estivesse ocupando um cargo político, pois a agremiação primária pela liberdade de a  o. Já o deputado estadual Ruben Valduga (ARENA) destacou: “o Partido Independente deve surgir, se fortalecer,

desenvolver suas teses e também prestar apoio ao governo” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 7 e 8 out. 1979, p. 3). A fundação do PP no Paraná ficou a cargo do ex-governador Jayme Canet, que se recusou a integrar o mesmo partido que Paulo Pimentel, seu antigo desafeto. Canet acabou contribuindo com a organização do novo partido no estado junto do senador “bi nico” Affonso Alves de Camargo Neto, e o partido recebeu a adesão de emedebistas da ala moderada e alguns dissidentes arenistas. Como se nota, a estrutura do partido a nível estadual foi organizada por dois nomes diretamente conectados à ditadura.

A formação do PP fornece indícios de como, no Paraná, algumas articulações afastaram grupos políticos do núcleo comandado por Ney Braga. Francisco Magalhães Filho (1999) levanta a hipótese de que um dos pontos principais que contribuíram para o enfraquecimento do grupo neysta foi o fato de que o então governador estaria vinculado ao grande capital nacional e internacional. Em contrapartida, Jayme Canet representava a burguesia local e “reunia grande parte dos capitais locais, principalmente em setores em que o grande capital ainda não havia entrado ou apenas começava a fazê-lo, e que incluía empresários de setores como o industrial, o grande e médio comércio, a construção civil e a engenharia de obras” (MAGALHÃES FILHO, 1999, p. 172). Tal cenário teria sido ainda uma das razões que levaram o PMDB a ganhar força no estado, em especial nas cidades mais ao norte, em que grupos empresariais estavam em plena expansão. Ou seja, os interesses regionalistas no estado deram sustentação aos novos partidos que se estruturavam com objetivo de obter apoio futuro para seus negócios.

Apesar da formação da nova sigla, no âmbito estadual, conforme afirmou um de seus articuladores, o deputado estadual ex-arenista João Elísio Ferraz de Campos, o PP seria de total apoio ao governo estadual, representado por Ney Braga. Já a nível federal, o deputado ressaltou que o partido seria independente, e poderiam concordar ou não com o central (DIÁRIO DO PARANÁ, 21 nov. 1979, p. 3). A posição levantada por João Elísio aponta para um arranjo particular que tentou ser feito no estado: o alinhamento e a fidelidade a um líder local poderia superar suas íntimas relações com o governo federal, em relação ao qual o novo partido poderia

manter certo distanciamento. No entanto, n  podemos descartar o fato de que a liderança de Ney Braga acabou por sufocar a emergência e liberdade de alguns nomes.

Em meio a tais condições, o PP contou no Paraná, inicialmente, com a filiação de 4 deputados federais, sendo 3 oriundos da ARENA e 1 do MDB. O mesmo número de deputados estaduais ingressou na sigla, e as origens foram idênticas: 1 emedebista e 3 arenistas. Sob o comando de Jayme Canet, o partido conseguiu organizar-se e fundar 242 diretórios no estado até 1981, já mirando as eleições de 1982. Na convenção realizada em março de 1981, foi eleito o deputado federal Luiz Carlos Borges da Silveira para presidir o partido (BATISTELLA, 2021).

Além do PDS, já mencionado anteriormente, e do PP, foram criados os seguintes partidos: PMDB, que agregou boa parte dos antigos emedebistas e dissidentes da ARENA; Partido dos Trabalhadores (PT), com origem nos movimentos operários e liderado a nível nacional pelo metalúrgico e sindicalista Lu  In cio Lula da Silva; Partido Democrático Trabalhista (PDT), organizado por Leonel Brizola, que havia retornado do exílio em Portugal em setembro de 1979; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que foi refundado em meio a disputas judiciais, travadas entre Brizola e Ivete Vargas, ex-deputada federal por São Paulo, cassada pelo AI-5, e sobrinha-neta do ex-presidente Getúlio Vargas, que exigia o direito de comandar a antiga sigla.

Após a criação dos novos partidos, as agremiações que tiveram maior adesão no Paraná foram PDS e PMDB, respectivamente. Para o primeiro deles migrou a maior parcela dos remanescentes do partido de sustentan  o do governo, além de alguns antigos emedebistas. Tr s deputados federais e três estaduais da ARENA não se filiaram ao PDS, e migraram para o PP de Jayme Canet. Contudo, tr s deputados estaduais e um federal que pertenciam ao MDB optaram por ingressar no PDS, balanceando as perdas iniciais. Observa-se a continuidade da força da base governista no Paraná, organizada por Ney Braga, que conseguiu cooptar a maioria dos prefeitos e boa parte dos vereadores paranaenses, garantindo assim, conforme apontou a pesquisa de Batistella (2021), o controle político de 90% das cidades do estado. Em algumas importantes cidades as movimentações apresentaram

algumas singularidades, como em Londrina, em que o prefeito Ant nio Belinati¹³ ingressou no PDS, e a Câmara municipal, que era composta por maioria emedebista, com 12 vereadores, contra 9 arenistas, viu a situação se inverter após a reforma partidária, ficando então o PDS com 12 cadeiras contra 9 do PMDB (CORREIO DE NOTÍCIAS, 12 dez. 1979, p. 3).

O primeiro presidente da Comissão estadual do PDS foi Norton Macedo, deputado federal, que assumiu provisoriamente o cargo em fevereiro de 1980, por indicação de Ney Braga, assim como os outros 10 nomes escolhidos para compor a comissão provisória. Em novembro do mesmo ano, Norton efetivou-se   frente da sigla após a convenção estadual, quando foi eleita a chapa única denominada “Somos todos uma só força” (DIÁRIO DO PARANÁ, 11 nov. 1980, p. 1). Antes disso, convenções foram realizadas em 297 cidades do estado, visando o fortalecimento dos diretórios municipais (BATISTELLA, 2021).

Na formação do PMDB, o que se observou foi uma tentativa de evitar a fragmentação do partido, em especial por conta do desejo de alguns membros do MDB em reformular o PTB após o retorno de Brizola ao país, um dos partidos mais fortes do Paraná antes do golpe de 1964. Havia ainda as disputas internas e o assédio que alguns de seus integrantes recebiam para migrar para outros partidos. Embora a maioria dos emedebistas tenha permanecido no PMDB, houve uma redução nos seus quadros: o senador Francisco Leite Chaves filiou-se inicialmente ao PTB, mas acabou retornando ao partido ainda em 1980; na Câmara Federal, 3 deputados mudaram de partido, sendo que um deles foi para o PP e outros dois para o PDS. A maior baixa, contudo, ocorreu na ALEP, quando 7 deputados deixaram a sigla – 3 filiaram-se ao PDS, 3 ao PTB e 1 ao PP (BATISTELLA, 2021).

Para presidir o PMDB no estado, tendo em vista os conflitos internos que opunham os grupos liderados pelo então senador José Richa, que se tornaria o próximo governador paranaense, e pelo ex-deputado federal José Alencar Furtado¹⁴, um acordo foi firmado na tentativa de garantir unidade

13 Com o fim do bipartidarismo, Ant nio Belinati foi cooptado para o PDS, em 1980, após um trabalho de negociação intenso dos líderes pedessistas, tendo em vista a importância política de ter em suas fileiras o prefeito do principal reduto MDB/PMDB do Paraná no período.

14 José Alencar Furtado teve seu mandato cassado pela ditadura em 1977, após um discurso por ele proferido na televisão denunciando violações contra os Direitos Humanos cometidos pela ditadura. Ele foi um dos fundadores do grupo dos “autênticos” do MDB, formado a partir de 1971 (NADER, 1998).

e força ao PMDB no estado. Na convenção estadual do partido, como resultado “de um esforço de composição, em que as principais lideranças partidárias fizeram suas indicações” (DIÁRIO DO PARANÁ, 23 nov. 1980, p. 1), prevaleceu o acordo entre os grupos, que reiterou a posição de Waldyr Pugliesi como presidente, ocasião em que apenas uma chapa foi lançada. Pugliesi foi mantido na presidência do partido em convenção realizada em abril de 1982, por meio de um novo acordo entre as lideranças da sigla (DIÁRIO DO PARANÁ, 21 abr. 1982, p. 3).

Retomando a questão da reestruturação partidária, já a partir de 1978 observou-se uma tentativa de refundação do PTB. No Paraná, esta articulação contou com apoio de ex-deputados filiados   sigla durante sua primeira fase de existência, anterior é 1964. A reestruturação do partido, que teve à frente no Paraná o ex-deputado Júlio Rocha Xavier, que presidia o Diretório Municipal de Curitiba, contou com a colaboração de José Carlos de Oliveira Mendes, ex-exilado político, que retornou ao país junto de Leonel Brizola, tendo permanecido no estado a pedido do líder trabalhista (CORREIO DE NOTÍCIAS, 12 set. 1979, p. 10). De acordo com Léo de Almeida Neves, um dos principais líderes petebistas no estado, a linha ideológica que o novo PTB seguiria seria de uma esquerda democrática, sem compromissos com a direita e nem com a esquerda radical (CORREIO DE NOTÍCIAS, 11 dez. 1979, p. 3).

Porém, vale ressaltar que, com a vitória de Ivete Vargas na justiça e sua posterior liderança   frente do partido, a agremiação se aproximou do governo ditatorial e passou a apoiá-lo. Em maio de 1980, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deu ganho de causa para Ivete Vargas, que passou a comandar o PTB. Brizola acusou o General Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil, de ter favorecido a adversária no processo do TSE para prejudicar sua rearticulação política no país. Após retornar ao Brasil, Brizola tentou reviver a legenda trabalhista, já que uma ala no interior do MDB era oriunda do antigo PTB, mas não conseguiu arregimentar todo apoio parlamentar que se especulava que teria. Além disso, os conflitos com Ivete acabaram por fragmentar o grupo que desejava o renascimento do PTB (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1 dez. 1979, p. 3). No Paraná, após a fundação do PTB, filiaram-se inicialmente 1 senador e 3 deputados estaduais,

todos ex-emedebistas, e até a metade de 1980 filiaram-se mais 2 deputados federais. Em junho de 1981, o PTB elegeu o deputado estadual Adalberto Daros para presidir a Comissão Executiva estadual (BATISTELLA, 2021).

Em razão da vitória de Ivete Vargas nas disputas judiciais pela liderança do PTB, Brizola criou uma nova sigla, o PDT. Por conta da cisão petebista, o senador paranaense Francisco Leite Chaves, assim como outros nomes importantes do PTB que se mantinham fi s a Brizola, acabaram por ingressar no PMDB – como Léo de Almeida Neves, que defendeu que o ideal, naquele momento, era a concentração da oposição em um são partido, e considerou precipitada a iniciativa de Leonel Brizola de fundar o PDT tão logo a decisão judicial foi anunciada (DIÁRIO DO PARANÁ, 11 nov. 1980, p. 3). Diante de tais circunstâncias, a fundação do PDT no Paraná apresentou grandes dificuldades, não conseguindo a vinculação de nenhum parlamentar e com número pouco expressivo de filiados. O responsável pela estruturação do partido no estado foi o ex-deputado estadual Jacintho Simões, cassado pelo AI-5 em 1969, eleito pela convenção pedetista como presidente da sigla em junho de 1981 (BATISTELLA, 2021).

O PT paranaense não contou inicialmente com adesão de nenhum parlamentar, e foi fundado por trabalhadores da construção civil, operários, professores, entre outros membros da classe trabalhadora da capital. Um dos membros da Comissão provisória do partido no estado, formada em fevereiro de 1980, o metalúrgico Ivo de Abreu, ressaltou que o partido teria tr s metas básicas naquele primeiro momento: “a posse da terra para os trabalhadores rurais e estabilidade para os operários, uma linha de a  o em defesa da liberdade individual e a organização interna que inicialmente será feita em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e Maringá” (DIÁRIO DO PARANÁ, 24 fev. 1980, p. 3). Sem apoio de figuras conhecidas na política estadual, o partido teve dificuldades para se estruturar, especialmente no interior do estado, mas conseguiu, até agosto de 1981, organizar 75 diretórios no Paraná. O primeiro presidente do partido foi o marceneiro, cobrador de ônibus e presidente da Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Cidade Industrial de Curitiba, Manoel Isaías de Santana, escolhido para presidir provisoriamente a Comissão Executiva, o qual foi mantido na

presidência após a convenção estadual realizada em setembro de 1981 (BATISTELLA, 2021).

Após as filiações iniciais, em todas as siglas houve um trânsito de diversos políticos entre as novas agremiações partidárias, com filiações e desfilia  es, em razão de acordos, conveniências e conflitos entre seus integrantes, o que fez com que os números iniciais de filiados em cada partido se alterasse com frequência elevada ao longo dos anos 1980 e 1981. O retorno do pluripartidarismo pode ser compreendido como uma tentativa de manter o governo no controle do processo transicional, com arranjos que tinham como base a conciliação, acionada e disseminada pelas elites por meio de acordos intraclasses, visando a preservação de determinados interesses.

“Areniza  o” do PMDB e continuísmo político

Tendo em conta o pleito eleitoral de 1982 e com o objetivo de fortalecer a oposição, tivemos a fusão do PMDB com o PP, em dezembro de 1981. Com a promulgação do “Pacote de Novembro”, em 1981, o governo, com mais uma medida casuística, estabeleceu o voto vinculado, obrigando os partidos a lançarem chapas completas, desde vereadores até candidatos aos governos estaduais, bem como houve a proibição de coligações. Foi criada a possibilidade de sublegendas para o senado, dando condições para a acomodação de dissidências no interior dos partidos (NAPOLITANO, 2019). Tal processo resultou na entrada de representantes da velha estrutura autoritária, que se encontravam no PP, no maior partido de oposição do país, o PMDB, visto que a corrida eleitoral se mostrava inviável para os pequenos partidos, sem grande capilaridade nos estados.

Segundo Marcos Napolitano (2019), a fusão dos dois partidos teria sido benéfica para o governo, que já esperava a criação de um grande partido de oposição, que fosse moderado e conservador, e poderia oferecer um nome aceitável para ocupar futuramente o cargo de presidente. Lembrando que o PP era composto, em grande parte, por ex-arenistas e emedebistas “moderados”. Como consequência da entrada dos pepistas no PMDB, sob influência de Tancredo Neves, houve um afastamento das correntes mais à

esquerda da direção do partido (NAPOLITANO, 2019), o qual adotou um tom mais conciliatório e sucedeu em ampliação da heterogeneidade ideológica já existente no PMDB. Para a pesquisadora Maria Victoria Benevides (1986), este acordo entre os dois partidos causou, a nível nacional, uma intensa deform  o no PMDB e foi o embrião de um pacto conservador que deu origem   Aliança Democrática, fundamental para eleição de Tancredo Neves e para garantir que o arranjo transicional se consolidasse.

O PP, conforme aponta Rafael Mucinhato (2015), foi resultado da reunião de membros das classes dominantes e das articulações de forças liberais-conservadoras, por isso mesmo, considerado uma alternativa real de poder, por ser aceitável pelo regime militar. Tratava-se de uma agremiação “centrista e pragmática, propensa ao diálogo com outras forças políticas, mas diretamente interessada em manter aberta a interlocução com o governo” (FREIRE, 2014, p. 301). Membros da c pula do governo militar, por sua vez, apoiaram a criação do partido por consider -lo como “oposição confiável”, a qual poderia dividir as forças oposicionistas nos estados (MUCINHATO, 2015). Embora com breve existência, o PP conseguiu reunir nomes que buscaram, no interior do projeto conciliatório que configurou a moldura transicional, representar publicamente algumas proposições de mudanças em relação ao regime autoritário.

Se, num contexto mais amplo, a fusão entre PP e PMDB viria a beneficiar o projeto de reconciliação, por outro lado, pensando especificamente nas eleições de 1982, o processo foi importante para enfraquecer o grupo que sustentava a ditadura militar, tanto no Paraná quanto em vários outros estados brasileiros. Após a realização das convenções conjuntas entre os dois partidos, em abril de 1982, tivemos o ingresso de quase todos os parlamentares paranaenses do PP ao PMDB, com exceção de Paulo Affonso Alves de Camargo, ex-arenista, então deputado estadual, que migrou para o PDS. O resultado foi, assim como ocorreu a nível nacional, o fortalecimento do PMDB a nível estadual, que passou a contar com mais 1 senador, 4 deputados federais e 3 estaduais, “além dos mais de 700 vereadores e 19 prefeitos municipais” (BATISTELLA, 2021, p. 158). No Paraná, a incorporação do PP pelo PMDB, além do fortalecimento do capital político,

forneceu também maior suporte financeiro ao PMDB (BEGA, 1990 *apud* LAIBIDA, 2015, p. 94).

Ao tratar da convenção do PMDB, realizada em julho de 1982, o jornal *Diário do Paraná* destacou que, apesar da presença da “esquerda festiva”, notava-se a consolidação de políticos alinhados à direita no PMDB paranaense, boa parte dela vinda do antigo PP. O jornal indicava que, “pela primeira vez na história deste planeta a esquerda apoia a direita e ambos os grupos participam de uma festa ao som de pronunciamentos radicais, muitos dos quais contra atos de ex-membros do Governo que agora estão na oposição” (DIÁRIO DO PARANÁ, 20 jul. 1982, p. 2). As discrepâncias ideológicas no interior do PMDB foram utilizadas pelo PDS, em especial, como uma forma de desqualificar o partido, alegando falta de unidade e alinhamento de agendas políticas, em especial após sua fusão com o PP, momento em que antigos arenistas, que por tempos estiveram ligados a Ney Braga, passaram a integrar as fileiras do partido de oposição.

Em novembro de 1982, José Richa foi eleito governador do Paraná, derrotando Saul Raiz, lançado e apoiado por Ney Braga. O próprio Ney Braga foi também derrotado na disputa para o cargo de senador, sendo  lvaro Dias, do PMDB, vitorioso. A vitória do PMDB no estado foi considerada esmagadora¹⁵, evidenciando o fim do monopólio dos antigos caciques políticos apoiadores da ditadura, em especial Ney Braga. O apoio dos ex-pepistas foi importante para a expansão da força peemedebista no Paraná, mas traria outras consequências.

Ao abordar a atuação do PMDB após assumir o governo paranaense, Luzia Oliveira ressaltou que o partido havia assumido novas características:

Em primeiro lugar, há que se destacar a ênfase atribuída ao crescimento organizacional; em segundo, passou a prevalecer dentro do partido uma política de atração, que levou inúmeros militantes de outros partidos a se filiarem no PMDB. As questões doutrinárias foram relegadas a um plano secundário, prevalecendo a preocupação com questões mais práticas e mais diretamente eleitorais. Essa disposição do PMDB em aceitar todos os que se dispusessem a entrar para o partido provocou

15

Para o cargo de deputado federal, o estado do Paraná elegeu 20 deputados pelo PMDB contra 14 do PDS. J  para a ALEP, foram eleitos 34 deputados pela sigla do PMDB e 24 pedessistas.

evasão no PDS, partido tradicionalmente governista, que havia se colocado na oposição desde 1982 (OLIVEIRA, 1998, p. 79).

A autora chama atenção para o processo de “arenização” do PMDB, tal como teria ocorrido em todo o país, e que afetou os rumos que o partido tomaria. Ao explicar as adesões de prefeitos ao PMDB, entre outros motivos, ela destaca que seriam consequência da dependência financeira dos pequenos municípios em relação ao governo estadual e   despolitização que abrangia parte dos cidadãos paranaenses daquele momento, em especial nas pequenas cidades, o que implicaria na manutenção dos laços políticos locais e de relações de clientelismo (OLIVEIRA, 1998).

Embora a autora não aborde estes pontos, podemos considerar também como elementos que levaram à “arenização” peemedebista a entrada em massa no partido de ex-filiados ao PP, já que muitos deles haviam saído da antiga ARENA ou então do PDS no Paraná, e acabaram ocupando postos importantes no governo estadual¹⁶ e no próprio PMDB. A presença maciça dos pepistas, contudo, não agradava alguns grupos no interior do PMDB. Em 1985, para a escolha do novo presidente da ALEP, formou-se o que foi então chamado de “Grupo dos 11”, composto por deputados estaduais do PMDB, entre eles Roberto Requião e Osvaldo Alencar Furtado, que não aceitavam a inclusão de membros do antigo PP na chapa, e se colocavam contra o que denominaram “Grupo dos Palacianos”, ligados aos líderes peemedebistas e a José Richa. Na ocasião, Nilso Sguarezi foi reeleito para o cargo com a presença de antigos pepistas em sua chapa, fato que aprofundou os conflitos (FOLHA DE LONDRINA, 28 fev. 1985, p. 3). Neste cenário, nomes como Jayme Canet e Affonso Alves de Camargo Neto tornaram-se proeminentes.

A influência desses novos peemedebistas paranaenses no governo   perceptível em documentos do SNI que trazem um balanço do governo de José Richa. Ao analisar a posição do PMDB no Paraná, os agentes do órgão afirmaram que “os conservadores (ala pepista), liderados pelo senador Affonso Alves de Camargo Neto, exercem uma influência neutralizadora aos interesses radicais” (SNI, 1984, p. 6-7). O documento afirma ainda que

16

Durante o governo de José Richa, Belmiro Valverde Jobim Castor foi escolhido para a Secretaria do Planejamento e José Olímpio para a Secretaria de Administração, ambos saídos do PP e com passado de ligação com os governos arenistas no Paraná.

os antigos pepistas do estado atuavam fiscalizando a atuação dos indivíduos mais à esquerda do PMDB no estado, sugerindo, inclusive, que o governador se afastasse dos mesmos.

Em caso emblemático dos conflitos gerados pela influência da ala pepista, tivemos a exoneração do então presidente do Banco do Estado do Paraná (Banestado), Léo de Almeida Neves, escolhido por Richa para o cargo assim que assumiu o governo. De acordo com um relatório do SNI, a demissão ocorreu em razão de pressões exercidas por políticos como Jayme Canet, João Elísio Ferraz e Affonso Camargo, todos ex-pepistas e ex-arenistas (SNI, 1983). A justificativa da ala pepista era de que Léo de Almeida, um ex-petebista com forte militância contra o governo ditatorial, estaria utilizando do cargo de presidente da instituição bancária para recuperar seu prestígio político e concorrer ao cargo de governador ou senador em 1986, fato que não os agradava. Já por parte do governo do estado, a justificativa apresentada publicamente após cinco meses de Léo na presidência do Banestado foi de que o desligamento ocorreu por conta de problemas administrativos e devido ao baixo desempenho do banco (FOLHA DE LONDRINA, 17 ago. 1983, p. 3).

Ao saber que deixaria o cargo, Léo de Almeida buscou apoio da bancada do PMDB na ALEP, que havia referendado seu nome sem objeções quando da sua indicação, e de forma integral defendeu sua permanência na direção da instituição (FOLHA DE LONDRINA, 17 ago. 1983, p. 3). A bancada do partido na Câmara Municipal de Curitiba, da mesma forma, se manifestou a favor de Léo de Almeida Neves (SNI, 1983, p. 6). Apesar dos pedidos contrários, José Richa manteve a decisão e o afastou do cargo, o que teria dado origem a uma crise institucional entre executivo e legislativo estadual. As bancadas peemedebistas se sentiram desprestigiadas diante do caso, o que gerou críticas abertas por parte de deputados e vereadores ao governador e seu secretariado, por não levarem em conta a posição da sua própria base e não apresentarem maiores explicações sobre os reais motivos da demissão. Consideraram ainda tal postura como antidemocrática, uma ação monocrática que ignorava seus próprios aliados e ia na contramão do que pregava o partido e o próprio governador.

Embora tenha contrib ido para a vitória do partido de oposição no Paraná, a fusão entre PP e PMDB, como se nota, acabou por restringir a liberdade do novo governo e colocá-lo em confronto com seus próprios partidários. Em mais um dossiê do serviço de informações, consta que Richa não conseguia constituir um governo independente, pois estaria “sofrendo grande influência nas suas decisões, caso t pico das atuações dos ex-pepistas, que mesmo permanecendo no anonimato, interferem e pressionam sua administração” (SNI, 1983, p. 7). As análises feitas pelo SNI demonstram como a presença de alguns grupos nos governos estaduais era de interesse do governo militar e das elites políticas que buscavam se manter no poder.

Chama a atenção ainda o fato de constatarem que aquela era uma situação já conhecida, ao que parece, em outros locais do país, já que se tratava de um “caso t pico”. A atuação dos pepistas no Paraná aponta como a transição pactuada ultrapassou os acordos de c pula e foi operacionalizada nas unidades subnacionais do país, por meio da atuação de grupos que atuariam como “f eis da balança” a favor dos planos do governo. Com isso, ficava garantido que os opositores estabelecidos nos poderes executivo e legislativo não teriam forças suficientes para mobilizar opiniões e inflamar as massas a ponto de alterar o curso da abertura. Os limites regionais da transição seriam, assim, garantidos.

Considerações finais

Ao refletir sobre os impactos do pluripartidarismo, notamos que se tratou de uma medida exigida por parte da classe política, de ambas as posições, e que foi pensada pelos militares para garantir seu controle sobre o processo transicional que daria origem   Nova República. O momento de reformulações partidárias ensejou debates sobre quais linhas ideológicas e quais práticas políticas os partidos que se originaram pretendiam ou deveriam seguir, mesmo que as propostas não encontrassem aderência precisa, dados os limites da moldura transicional e do projeto conciliatório. No interior de tais balizas, situavam-se e conviviam, acomodando-se, tanto os arranjos governamentais quanto diferentes grupos e posturas políticas.

Neste aspecto, o alcance das negociações assim delineadas era limitado, restringindo a diversidade de projetos possíveis e a participação de forças que não se ajustavam às regras do jogo político então montado.

A limitação do processo de abertura partidária, representada pelo retorno do pluripartidarismo, abarcou discussões que extrapolavam os arranjos e acordos de gabinetes. O tema do autoritarismo e, principalmente, da crise econ mica e da necessidade de superação da situação de calamidade pela qual o Brasil atravessava foi tema recorrente entre os parlamentares paranaenses. Ao promover a conciliação, evitar confrontos e, com isso, rupturas, o governo buscou criar uma memória de consenso, em que alternativas para políticas sociais e econ micas foram descartadas. Deste modo, intentaram que prevalecesse, como única possível, a ideia de que o caminho seguido sob orientação dos ditadores no poder foi mais adequado, além de ter sido apresentado como uma benesse concedida, apagando as lutas no interior do quadro político e social, algo próprio da “ideologia da reconciliação” (VINYES, 2015).

Tais considerações possibilitam ainda reflexões sobre como a abertura política esteve pautada também entre as fileiras do próprio partido de sustentação do governo, não se restringindo   oposição, embora os motivos, objetivos e os ideais de democracia pudessem ser um tanto distintos. Podemos apontar ainda para o fato de que as relações e objetivos pessoais interferiram na decisão de aderir a determinado partido ou mudar de agremiação. A artificialidade com que foram criados os partidos, em especial o PDS, base de sustentação do governo, foi outro ponto criticado, visto que não alteraria a forma e prática partidária, que continuaria a submeter-se aos ditames do governo e apenas referendar seus pedidos, fato que não agradava parte da ala política que apoiava os militares no poder.

Destacamos, por fim, que as discussões e análises aqui desenvolvidas são parte de uma abordagem mais ampla, sendo que possibilidades de investigação da temática permanecem abertas. O acesso a fontes e a depoimentos distintos, poderão permitir outros olhares e cruzamentos de informações que possibilitem diversificar ainda mais as possibilidades interpretativas, de modo a compreender melhor este momento da longa transição política que marcou a construção democrática brasileira recente.

Referências

BATISTELLA, Alessandro. O processo de formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1966). *S eculum*, João Pessoa, v. 25, n. 42, p. 191-206, jan./jun. 2020.

_____. O fim do bipartidarismo e o retorno do pluripartidarismo no Paraná (1979-1982). *Diálogos*, Maringá, v. 25, n. 2, p. 142-167, mai./ago. 2021.

BENEVIDES, Maria Victória. Ai que saudade do MDB! *Lua Nova*, São Paulo, v. 3, n. 1, não paginado, jun. 1986.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 19 jun. 1979.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 14 set. 1979.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 12 set. 1979.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 6 out. 1979.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 7 e 8 out. 1979.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 9 out. 1979.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 16 out. 1979.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 20 out. 1979.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 1 dez. 1979.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 11 dez. 1979.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 12 dez. 1979.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 15 maio 1980.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 10 fev. 1979.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 7 set. 1979.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 23 out. 1979.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 21 nov. 1979.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 28 dez. 1979.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 24 fev. 1980.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 20 jun. 1980.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 11 nov. 1980.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 23 nov. 1980.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 21 abr. 1982.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 20 jul. 1982.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. *Da construção ao desmanche*: análise do projeto de desenvolvimento paranaense. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 17 ago. 1983.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 28 fev. 1985.

FREIRE, Américo. A via partidária da transição política brasileira. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 287-308, jan./abr. 2014.

GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo S (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 141-159.

KINZO, Maria D’Alva Gil. *Oposição e autoritarismo*: gnese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vrtice, 1988.

LAIBIDA, Daiane Carnelos Resende. “*Requião tem razão*”? *Homem político e discursos*: um estudo sobre a trajetória política de Roberto Requião de Mello e Silva. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LAMOUNIER, Bolívar. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *De Geisel a Collor*: o balanço da transição. São Paulo: Editora Sumaré, 1990. p. 13-35.

LEMOs, Renato. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto S. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: MOTTA, Rodrigo Patto S; ABREU, Luciano Perrone de (Orgs.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV, Edipucrs, 2013. p. 9-32.

- _____. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 21-26, out./dez. 2014.
- _____. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaque. *Um passo adiante, dois passos para tr s: o PMDB de 1979 a 1982*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: H st ria do regime militar brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Tese (Livre Docência em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. *Democratização e Institucionalização Partidária: o processo político-partidário no Paraná (1979-1990)*. Londrina: Editora UEL, 1998.
- PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*. Curitiba: Diário oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 13 set. 1979.
- PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*. Curitiba: Diário oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 8 out. 1979.
- PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*. Curitiba: Diário oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 9 out. 1979.
- PARANÁ. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*. Curitiba: Diário oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 22 nov. 1979.
- REVEL, Jacques. Micro-h st ria, macro-h st ria: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio h storico-cultural*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). *ACT-ACE 4203*. Brasília: Arquivo Nacional, 23 ago. 1983.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). *ACT-ACE* 42589. Brasília: Arquivo Nacional, 14 jun. 1984.

SILVA, João Batista Teófilo. *Passar o passado a limpo*: Memória, esquecimento, justiça e impunidade no Brasil pós-ditadura. Da Anistia   Comissão Nacional da Verdade. 2021. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

TEITEL, Ruti G. *Transitional Justice Genealogy*. Harvard Human Rights Journal, v. 16, p. 69-94, 2003.

VINYES, Ricard. Sobre vítimas e vazios, ideologias e reconciliações, privatizações e impunidades. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBER, Denise (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 224-244.